



OE 2016 para a Educação frustra expetativas dos Professores

O Orçamento de Estado 2016 para a Educação foi apresentado no dia 29 de fevereiro pelo Sr. Ministro na Assembleia da República. Embora pareça conter o documento indicadores de um exíguo aumento de recursos financeiros para investimento neste crucial e estratégico setor para o desenvolvimento sustentado do País, o mesmo não corresponde favoravelmente à significativa maioria das legítimas reivindicações dos professores.

O Sr. Ministro da Educação na sua intervenção em torno do OE 2016 para a Educação ter-se-á referido a manuais escolares gratuitos, ao aumento da oferta da rede do ensino pré-escolar, ao ensino artístico, aos contratos de associação..., mas, com exceção de uma referência ao reforço do investimento na Educação Especial, o qual merece a concordância do SPLIU, não se terá referido a medidas primordiais e estruturais que visem a melhoria das condições de trabalho dos professores e do seu estatuto sócio-profissional, considerando esta força sindical que só se poderá almejar um ensino de maior qualidade com profissionais fortemente motivados e empenhados.

Temas de crucial importância sócio-profissional para os docentes, que aliás integram o caderno reivindicativo do SPLIU, como sejam, um regime especial de aposentação para educadores e professores, a redução do número de alunos por turma, horários de trabalho, a revisão do ECD com a expurgação do documento de normas travão, a vinculação e estabilidade do corpo docente nas escolas, etc., etc., não terão merecido qualquer abordagem por parte do máximo responsável político pela pasta da educação.

Tendo em consideração os indicadores positivos de predisposição revelados pela equipa ministerial da Educação para o diálogo e para a negociação, o SPLIU espera que, apesar de alguns assuntos de crucial importância na atual conjuntura sócio-educativa não constarem do OE 2016 para a Educação, e do atual discurso de política educativa, que os mesmos venham a ser alvo de abordagem, negociação, alteração e implementação a curto prazo.

Lisboa, 1 de março de 2016

A Direção Nacional do SPLIU